

Uma base para negociar 27 AGO 1991

JORNAL DA TARDE

Divido
Carteira

Ao contrário do que ocorreu em outubro do ano passado, quando a proposta do governo brasileiro para a renegociação da dívida com os bancos particulares, baseada no princípio de "capacidade de pagamento", foi inteiramente rejeitada pelos credores e quase levou ao rompimento do Brasil com o sistema financeiro internacional, desta vez a reação dos banqueiros foi positiva. A nova proposta brasileira, apresentada na semana passada, em Nova York, pelo negociador Pedro Malan, foi considerada como uma base para o início das conversações.

Embora nenhuma das partes tenha revelado pormenores da proposta, sabe-se que ela é ampla e inclui opções que podem interessar a bancos de diferentes portes, de diferentes países e com diferentes estratégias de negociação. Há cerca de 40 dias, ao encerrar uma viagem pelas principais praças financeiras do mundo, Malan afirmou existir "uma grande diversidade de interesses dos bancos", razão pela qual a proposta brasileira inclui alternativas que procuram atender a essa diversidade.

A proposta oferece aos credores cinco opções, que combinam redução (temporária ou definitiva) dos juros, redução do principal e compromisso dos bancos de fornecerem dinheiro novo ao País. Duas das opções referem-se à redução dos juros durante os primeiros seis anos. A diferença entre elas é o prazo de vencimento dos respectivos títulos (15 ou 25 anos). Outra opção permite a conversão da dívida antiga em dívida nova, com desconto nos juros. Outra ainda permite igual conversão, mas com desconto do principal (o Brasil está pedindo desconto de 37,5%). A quinta opção permite a conversão da dívida antiga em dívida nova sem nenhum desconto, mas com o compromisso do banco credor de entrar com uma parte de dinheiro novo, proporcional ao valor a ser convertido.

Não se espera que as negociações sejam concluídas

rapidamente, mas é auspicioso que o comitê de assessoramento dos bancos tenha considerado que "a proposta do Brasil forma uma base para negociação" e que as discussões vão continuar. A reação do mercado secundário onde se negociam títulos da dívida brasileira foi imediata. No dia seguinte à apresentação da proposta do governo brasileiro, os papéis tiveram valorização de 17,9% no mercado de Londres. Em Nova York, embora a alta não tenha sido tão expressiva (foi de 5,1%), a cotação da dívida brasileira atingiu seu ponto mais alto neste ano.

Depois que o governo brasileiro concluiu o acordo preliminar para o pagamento dos juros atrasados desde julho de 1989 e que totalizam cerca de US\$ 8,5 bilhões, os contatos com os credores têm sido mais fáceis. Há duas semanas, o governo conseguiu a adesão de pelo menos 95% dos credores ao acordo sobre os juros atrasados. Em resposta a esse nível de adesão, e cumprindo sua parte no acordo, o governo pagou, na última segunda-feira, US\$ 492 milhões referentes às parcelas de junho, julho e agosto dos atrasados.

Uma pesquisa feita pelo jornal **Gazeta Mercantil** junto a executivos dos principais bancos credores mostrou que 75% deles acreditam ser possível o Brasil conseguir um desconto de 40% de sua dívida, mais do que foi conseguido pelo México (35%) ou pela Venezuela (30%). Essa mesma pesquisa, no entanto, apontou como um dos pontos fracos do País a incapacidade do governo de colocar em prática um plano eficiente de combate à inflação. Aí está, de fato, o maior problema para o acordo externo. As dificuldades que o governo enfrenta no combate à inflação podem adiar um acordo com o Fundo Monetário Internacional e, sem esse acordo, os credores particulares não fecharão o acordo com o Brasil, mesmo que hoje o clima para a negociação seja muito melhor do que aquele criado pela equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello.